

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DIRECIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Erica Ribeiro de Sousa Simonetti¹
Quésia Postigo Kamimura²

1 INTRODUÇÃO

A Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (Redesist) define arranjos produtivos locais (APLs) como um conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais localizados no mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos expressivos de produção, interação, cooperação e aprendizagem (Redesist, 2004).

De acordo com Cassiolato e Lastres (2003), nos APLs há vários atores que se destacam, entre os quais: *i*) atores econômicos (clientes, parceiros e competidores; fornecedores de insumos, componentes, ou equipamentos; fornecedores de serviços técnicos); *ii*) atores do conhecimento (consultores, universidades e institutos de pesquisa); *iii*) atores de regulação (órgão gestor do APL, governos em seus vários níveis); e *iv*) atores sociais (sindicatos, associações empresariais, organizações de suporte e organizações do chamado terceiro setor, entre outros).

Para que haja o crescimento e o desenvolvimento desses arranjos produtivos, é necessário existir uma sinergia do conhecimento, da regulação nas relações criadas pelos atores econômicos e sociais, amparados por sistemas institucionais voltados aos interesses e às necessidades das atividades desenvolvidas na região. Para que o projeto possua um sucesso competitivo, é necessária uma articulação entre as empresas e destas com o ambiente no qual estão inseridas, por meio de estruturas de apoio.

O objetivo geral deste capítulo é identificar as principais políticas direcionadas aos APLs, e o específico é apresentar os arranjos como estratégia para o desenvolvimento regional. Quanto ao método, este estudo é do tipo qualitativo com relação à abordagem e do tipo descritivo-exploratório com relação ao nível, com delineamento bibliográfico e documental. O instrumento utilizado foi coleta de dados em fontes secundárias.

1. Economista e professora do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Campus Araguatins. *E-mail*: <erica.simonetti@ifto.edu.br>.

2. Professora de administração na Universidade de Taubaté (Unitau). *E-mail*: <qkamimura@gmail.com>.

Este capítulo está estruturado em cinco seções. Na primeira, tem-se esta introdução. Na segunda, faz-se uma revisão da literatura, que contém os tópicos sobre os conceitos, as tipologias e as principais características dos APLs. Na terceira seção, apresentam-se os APLs como importante estratégia no desenvolvimento regional. Na quarta, é abordada a importância das políticas públicas no desenvolvimento dos arranjos produtivos. Por fim, na quinta seção, trazem-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 APLs

De acordo com o conceito de APLs, a premissa básica para se configurar um arranjo produtivo é a aglomeração, ou seja, quando há um número significativo de empresas em torno da mesma atividade produtiva. Assim, os APLs são definidos como aglomerações de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares, como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outras, em um mesmo espaço geográfico (município, conjunto de municípios ou região). Estas empresas compartilham identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas de treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento (Albagli e Brito, 2002).

2.2 Características dos APLs

As empresas aglomeradas podem ser de aspecto vertical ou horizontal. Para Costa (2010, p. 206), “os APLs de conformação vertical apresentam uma estrutura mais complexa formada pela interação e cooperação de agentes em diferentes elos da cadeia produtiva local”. Sobre os APLs de aspecto horizontal, o autor afirma: “as ligações horizontais ocorrem com empresas localizadas no mesmo elo da cadeia produtiva e podem ser ligações diretas ou mediadas por associações empresariais” (*idem, ibidem*).

Segundo Cassiolato e Lastres (2003), a formação de arranjos e sistemas produtivos locais encontra-se geralmente associada à trajetória histórica de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. Os APLs são mais propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis à interação, à cooperação e à confiança entre os atores. A ação de políticas tanto públicas como privadas pode contribuir para fomentar e estimular tais processos históricos de longo prazo.

Castro (2009) disserta sobre algumas características que são consideradas quando se fala em APLs, tais como: território; especialização produtiva; aprendizagem e inovação; cooperação; e atores locais.

- 1) Território: o APL compreende um recorte do espaço geográfico (parte de um município, um conjunto de municípios, bacias hidrográficas, vales, serras, entre outros) e é passível de uma integração econômica e social no âmbito local.
- 2) Especialização produtiva: além da produção, esta característica leva em consideração o conhecimento que pessoas e empresas têm sobre a atividade econômica principal.
- 3) Aprendizagem e inovação: acontece quando há um intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e mercadológicas. Interação com outras empresas, por meio de cursos, feiras.
- 4) Cooperação: há cooperação produtiva, que visa à economia de escala, e cooperação inovativa, que diminui riscos, custo e tempo, dinamizando o potencial inovativo dos APLs.
- 5) Atores locais: são instituições de promoção de financiamento e crédito; instituições de ensino e pesquisa; centros tecnológicos; associações empresariais; prestadores de serviços; organizações do terceiro setor; e governos em todos os âmbitos.

Ainda com relação às características dos APLs, Cassiolato e Lastres (2003) os classificam de acordo com os seis itens enumerados a seguir.

- 1) Dimensão territorial: constitui recorte específico de análise e de ação política, definindo o espaço em que processos produtivos, inovativos e cooperativos acontecem, tais como município ou áreas de um município, conjunto de municípios, microrregião, conjunto de microrregiões, entre outros. A proximidade ou a concentração geográfica, levando ao compartilhamento de visões e valores econômicos, sociais e culturais, constitui fonte de dinamismo local, bem como de diversidade e de vantagens competitivas em relação a outras regiões.
- 2) Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais: envolve a participação e a interação não apenas de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, entre outras – e suas variadas formas de representação e associação, mas também de diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para a formação e a capacitação de recursos humanos; a pesquisa, o desenvolvimento e a engenharia; a política, a promoção e o financiamento. Incluem-se neste

item, portanto, universidades, organizações de pesquisa, empresas de consultoria e de assistência técnica, órgãos públicos, organizações privadas.

- 3) Conhecimento tácito: verificam-se processos de geração, compartilhamento e socialização de conhecimentos, por parte de empresas, organizações e indivíduos, particularmente de conhecimentos tácitos, ou seja, aqueles que não estão codificados, mas que estão implícitos e incorporados em indivíduos, organizações e até regiões. O conhecimento tácito apresenta forte especificidade local, decorrendo da proximidade territorial e/ou de identidades culturais, sociais e empresariais. Isto facilita sua circulação em organizações ou contextos geográficos específicos, mas dificulta ou mesmo impede seu acesso por atores externos a tais contextos, tornando-se, portanto, elemento de vantagem competitiva para quem o detém.
- 4) Inovação e aprendizado interativos: este item constitui fonte fundamental para a transmissão de conhecimentos e a ampliação da capacitação produtiva e inovativa das empresas e outras organizações. A capacitação inovativa possibilita a introdução de novos produtos, processos, métodos e formatos organizacionais, sendo essencial para garantir a competitividade sustentada dos diferentes atores locais, tanto individual como coletivamente.
- 5) Governança: refere-se aos diferentes modos de coordenação entre os agentes e as atividades, que envolvem da produção à distribuição de bens e serviços, assim como o processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovações. Existem diferentes formas de governança e hierarquias nos sistemas e arranjos produtivos, representando formas diferenciadas de poder na tomada de decisão (centralizada e descentralizada, mais ou menos formalizada).
- 6) Grau de enraizamento: envolve geralmente as articulações e os diferentes agentes dos APLs com as capacitações e os recursos humanos, naturais, técnico-científicos, financeiros, assim como com outras organizações locais e seu mercado consumidor. Elementos determinantes do grau de enraizamento geralmente incluem: o nível de agregação de valor; a origem e o controle das organizações; e o destino da produção (nacional ou estrangeiro).

2.3 Tipos de APL

As aglomerações ocorrem de acordo com três modalidades (Pietrobelli, 2003):

- arranjos geográficos (casuais) de empresas, com ocasionais elos interfirmas, nenhuma ou escassa experiência de cooperação e instituições locais inexistentes ou fracamente desenvolvidas;

- distritos industriais marshallianos (italianos), com transações interfirmas mais fluidas, práticas de cooperação muito mais robustas, instituições locais mais desenvolvidas e efetivas, economias de escala em âmbito do distrito, possibilitadas pela substancial especialização dos empreendimentos, pela profunda integração entre atividades econômicas e pelo tecido sociocultural local; e
- redes de empreendimento com alguma forma de liderança predominante, podem configurar-se como centro-radial, líder-seguidor ou plataforma-satélite, com o líder fornecendo os serviços estratégicos.

Cada APL tem suas características específicas, sua história de origem, seu ambiente socioeconômico e sua complexidade, mas eles podem se diferenciar também por seu nível de desenvolvimento. Castro (2009) os classifica em arranjos incipientes, arranjos em desenvolvimento e arranjos desenvolvidos.

- 1) Arranjos incipientes: quando não há um interesse por parte da iniciativa privada nem do setor público, ocasionando assim uma integração de interesses, e a base produtiva é bem rudimentar, há uma carência no âmbito financeiro também.

São os arranjos desarticulados, carentes de lideranças legitimadas. Falta integração entre as empresas, o poder público e a iniciativa privada e uma visão mais ampla para o empresariado. Não há centros de pesquisa ou de profissionalização que poderiam contribuir para elaborar/implementar novos processos produtivos (Castro, 2009, p. 8).

- 2) Arranjos em desenvolvimento: a sua atuação promove uma força de atração de novos empreendimentos, motiva os empresários a realizarem investimentos, tornando-os competitivos. São organizados em classes, com o foco sempre no regional e não no individual.

Seu processo de desenvolvimento é reconhecido, possibilitando a atração de novas empresas e incentivando os empreendedores locais a também participarem da geração de renda do novo movimento empresarial. Novas atividades econômicas relacionadas com o arranjo produtivo começam a surgir e há uma demanda por maior competitividade ao longo da cadeia produtiva e também por serviços (*idem, ibidem*).

- 3) Arranjos desenvolvidos: há uma estrutura ampla e complexa, uma interação que promove cooperação e aprendizagem, gerando inovação e competitividade.

Os arranjos classificados como de terceiro nível apresentam-se mais bem articulados, de importância para o desenvolvimento local, pela capacidade

de atrair novas empresas, fornecedores, prestadores de serviços, banco etc. Suas lideranças atuam, principalmente, em entidades de classe, com relacionamentos formais (*idem, ibidem*).

2.4 APLs como estratégia para o desenvolvimento regional

Por seus diversos benefícios para o local e a região, os arranjos produtivos vêm sendo objeto formador e fomentador das micro e pequenas empresas (Amaral Filho *et al.*, 2002). As ações conjuntas no âmbito local entre as empresas e destas com o poder público mostram crescente importância, permitindo maior entendimento da realidade local.

As capacidades de articulação e cooperação da economia local para um melhor aproveitamento de suas externalidades positivas – como a especialização produtiva, a presença de instituições produtoras e difusoras de tecnologia, entre outras – são elementos importantes na avaliação das possibilidades de novos empreendimentos. A constatação de APLs consolidados localmente pode indicar que alguma vantagem tanto para as empresas quanto para a região pode ocorrer, como emprego e renda.

Nessa linha, Brito (2002, p. 1) enfatiza que:

a estruturação em aglomerados estimula processos interativos de aprendizado ao nível local que viabilizam o aumento da eficiência produtiva criando um ambiente propício à elevação da competitividade dos agentes. Além disso, é comum o argumento de que a intensificação das articulações e interações entre empresas nessas aglomerações costumam ter impactos importantes em termos de geração e da qualidade do emprego ao nível local, contribuindo para dinamização desses espaços econômicos.

Como já assinalado, os APLs não constituem, por si só, objetivos das políticas, mas meios ou instrumentos para se construir o desenvolvimento em sentido amplo, propiciando formas de dar maior dinamismo econômico e sustentabilidade a pequenos empreendimentos, bem como criando ambiente propício à inovação e a sistemas de governança social politicamente sustentáveis (Cassiolato e Lastres, 2003).

Essas novas formas de aglomeração produtiva têm influenciado a competitividade e o crescimento das micro e pequenas empresas que buscam nessas aglomerações ampliar seus conhecimentos, aperfeiçoar os procedimentos, refinar suas habilidades, produzir e comercializar bens e serviços para obter aumento de eficiência produtiva, assim como maior capacidade de coordenação de decisões estratégicas (Albagli e Brito, 2002).

Os arranjos produtivos proporcionam às empresas participantes subsídios para enfrentar o mercado acirrado, superar os desafios, as dificuldades de acesso ao crédito e até mesmo as barreiras impostas pelo excesso de burocracia, bem como discutir as características e as vantagens relacionadas a esse modelo de estrutura organizacional. Um grupo de empresas fortalecidas gera uma externalidade positiva,

na geração de emprego e renda, tornando-se um atrativo a outras empresas para que se instalem na região. Consequentemente, há um desenvolvimento regional.

3 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO DOS APLS

As políticas governamentais voltadas ao fortalecimento dos aglomerados industriais existentes têm uma fundamental importância. Ao agente de políticas cabe prover os fatores externos necessários ao aproveitamento das possibilidades locais, particularmente aqueles fatores cujo provimento extrapola em escala as possibilidades de obtenção a partir dos agentes locais, explorando o potencial de desenvolvimento existente na localidade (Unctad, 1998).

Consideradas uma poderosa estratégia de elevação da capacidade competitiva de determinadas atividades econômicas, assim como disseminadoras do conhecimento, as políticas voltadas aos APLs estabelecem vantagens competitivas que fortalecem as empresas (Santos, Diniz e Barbosa, 2004).

Percebe-se cada vez mais o empenho do governo, nas esferas federal, estadual e municipal, e de entidades representativas e de apoio às empresas, em destaque as micro e pequenas, em apoiar as iniciativas e formatar políticas públicas para os APLs, como uma nova percepção de políticas de desenvolvimento regional sustentável com prioridade para a inclusão social, a redução das desigualdades sociais, a geração de trabalho, emprego e renda. Tais políticas federais e estaduais permitem sinalizações estratégicas para a atuação dos atores locais. É importante que essas sinalizações se façam claras, tanto por meio de um projeto de desenvolvimento nacional e estadual que abranja o conjunto da sociedade como por meio de políticas setoriais articuladas entre si. A incorporação dessa abordagem em estratégias nacionais e estaduais de longo prazo é também primordial como forma de evitar descontinuidades, que levam à desmobilização dos agentes locais e à desestruturação das iniciativas desenvolvidas localmente.

Os arranjos produtivos brasileiros, por si sós, não são capazes de promover um salto à consolidação, devido à cultura econômica, na qual a competição acirrada promove a estagnação e não o desenvolvimento regional. Este salto somente pode ser concebível com a intervenção do Estado, ao planejar o desenvolvimento destas localidades e regiões, coordenar as ações dos agentes, coagir e constranger os interesses deletérios. Para isso, é necessário criar as condições para que estes aglomerados edifiquem forças centrípetas benéficas ao desenvolvimento do capital social local, da capacidade de governança local e do próprio desenvolvimento econômico local, além de arbitrar a constituição de acordos territoriais, corroborando projetos que melhor acolham os interesses da coletividade. Tais forças centrífugas também devem ser capazes de dinamizar, a partir deste polo, toda a economia regional (Costa, 2010, p. 190).

A interferência do governo proporciona o desenvolvimento dos arranjos locais e conseqüentemente regionais. Para promover e dar apoio aos APLs, as iniciativas públicas podem desempenhar ações como: *i)* oferecer a base de infraestrutura adequada para o desempenho dos arranjos; *ii)* incentivar a formação de trabalhadores capacitados e qualificados; *iii)* estimular as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D); *iv)* oferecer subsídio fiscal; e *v)* investir em projetos, programas e ações mediante uma base institucional promotora de desenvolvimento de produtos e processos (Santos, Diniz e Barbosa, 2004; Cervieri, 2008).

Os APLs como estratégia de desenvolvimento, segundo a nova Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, deverão, necessariamente, desdobrar-se em cinco eixos estruturantes: *i)* crédito e financiamento, a fim de suportar o processo de especialização produtiva localizada; *ii)* governança e cooperação, para consolidar as relações interfirmas; *iii)* tecnologia e inovação, para a promoção da capacidade tecnológica endógena; *iv)* formação e capacitação, para a construção de capital humano diferenciado nos APLs; e *v)* acesso aos mercados nacional e internacional, para a sustentabilidade do arranjo produtivo (Brasil, 2006).

O objetivo principal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) é “a redução das desigualdades regionais e o apoio ao desenvolvimento das regiões brasileiras, na busca de melhor exploração dos potenciais que emergem da exuberante diversidade cultural, social e econômica do nosso país” (Galvão, 2007, p. 338).

Não obstante a importância das políticas públicas no desenvolvimento regional e na consolidação dos APLs, para se alcançar de fato esse desenvolvimento e essa consolidação, deve-se levar em consideração, ao promover as políticas públicas, a singularidade de cada arranjo produtivo, formada por fatores sociais, culturais, institucionais, morfológicos, históricos, geográficos, políticos, microeconômicos, mesoeconômicos e macroeconômicos. A agenda pública voltada para o apoio ao desenvolvimento de APLs deve ser estruturada em quatro etapas: *i)* identificação de aglomerações produtivas; *ii)* diagnósticos das aglomerações identificadas; *iii)* classificação/taxonomia a partir dos diagnósticos; e *iv)* implementação da política de apoio ao desenvolvimento em casos selecionados. A ação pública deve proceder pró-ativamente com base nas características e nas potencialidades de cada aglomerado (Suzigan, Furtado e Garcia, 2002).

4 INSTITUIÇÕES DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS APLs NO BRASIL

A política de apoio para APLs foi contemplada no âmbito da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce), por meio das diretrizes vinculadas à

promoção e ao desenvolvimento de ações integradas de fomento às atividades de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em APLs.

O governo federal passou a organizar o tema sobre APLs por meio das seguintes medidas: *i*) incorporação do tema no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, por meio do Programa 0419 – Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas; e *ii*) instituição do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL). Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o GTP APL conta com o apoio de uma secretaria técnica lotada no Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas da Secretaria do Desenvolvimento da Produção (Brasil, 2006).

4.1 GTP APL

Com o objetivo de articular as ações governamentais com vistas à adoção de apoio integrado a APLs, foi criado o GTP APL, pela Portaria Interministerial nº 200, de 2 de agosto de 2004, tendo o envolvimento de 23 instituições governamentais e não governamentais. Após um ano de sua instituição, precisamente em outubro de 2005, foram integradas mais dez instituições (Portaria Interministerial nº 331, de 24 de outubro de 2005), totalizando as 33 que atualmente constituem o grupo. Posteriormente, ocorreram algumas alterações, de seus representantes por intermédio das portarias nºs 187, de 31 de outubro de 2006, 106, de 28 de abril de 2008, e 133, de 16 de junho de 2010, do MDIC. Em 2011, novos nomes foram incluídos, de acordo com a Portaria Ministerial nº 167, de 29 de junho de 2011.

Em agosto de 2004, instituiu-se o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL), composto por mais de 20 instituições governamentais e paraestatais de abrangência nacional, com o objetivo principal de integração das diversas ações voltadas a empresas localizadas em APLs e, desta forma, articular e coordenar os esforços para o desenvolvimento competitivo dos produtores (Suzigan, 2006).

Sua coordenação é realizada pelo MDIC, por meio da Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais, órgão do Departamento de Competitividade Industrial deste ministério. Esta se constitui, também, como secretaria técnica do GTP APL. Conforme publicado em portaria, o grupo possui a atribuição de elaborar e propor diretrizes gerais para a atuação coordenada do governo no apoio a APLs em todo o território nacional (Brasil, 2006).

De acordo com Costa (2010), o GTP APL tem as seguintes ações indicativas:

- identificar os APLs existentes no país, inclusive naqueles segmentos produtivos com potencialidade para se constituírem como futuros arranjos, conforme sua importância no respectivo território;

- definir critérios de ação conjunta governamental para o apoio e o fortalecimento de arranjos produtivos no território nacional, respeitando as especificidades de atuação dos órgãos governamentais e estimulando a parceria, a sinergia e a complementaridade das ações;
- propor modelo de gestão multissetorial para as ações do governo federal no apoio ao fortalecimento de APLs;
- construir sistema de informações para o gerenciamento das ações; e
- elaborar termo de referência que contenha os aspectos conceituais e metodológicos relevantes ao tema.

As atividades desse grupo de trabalho foram focalizadas, inicialmente, em onze APLs-piloto, distribuídos nas cinco regiões do país, com o propósito de testar a metodologia de atuação integrada.

Para priorizar alguns dos arranjos identificados e ampliar a atuação do GTP APL, uma lista de dez APLs prioritários por estado foi ratificada pelos parceiros estaduais. O último levantamento concluído, realizado em 2005, identificou 957 arranjos,³ possibilitando a geração de relatórios a partir do setor econômico, da Unidade da Federação e da instituição atuante na localidade.

4.1.1 Instituições do GTP APL⁴

A seguir, são enumeradas três instituições que integram o GTP APL.

- 1) Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) – os Programas de Exportação de Consórcio (PECs) têm como objetivo a execução de ações de promoção de exportações de empresas brasileiras. Os PECs devem ser elaborados e apresentados por grupos de empresas organizadas em consórcio formalmente constituído. Viabilizam a realização de uma série de ações com vistas à promoção de exportações de empresas nacionais: feiras internacionais; missões comerciais; projeto para comprador; projeto de imagem, entre outras. Os beneficiários são os APLs organizados em consórcio de empresas (MPMEs organizadas formalmente em consórcio), em qualquer região do território nacional e em qualquer setor de atividade econômica.
- 2) Banco da Amazônia – instrumentos econômicos e financeiros utilizados pelo banco concedem financiamentos aos setores produtivos agropecuário, agroindustrial, industrial, florestal, de turismo, de comércio e serviços, de exportação e de infraestrutura.

3. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/cbapl/public/institucional/gtp-apl>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

4. Esta subseção se baseia no *Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais* (Brasil, 2006).

- 3) Banco do Brasil – são beneficiadas as micro e pequenas empresas, em todo o território nacional e em todos os setores econômicos por meio de diferentes programas de geração de emprego e renda (Progers), como:
 - a) Proger Urbano Empresarial – financiamento a projetos de investimento e de investimento com capital de giro associado, mediante abertura de crédito fixo, que proporcione geração ou manutenção de trabalho e renda;
 - b) Proger Turismo Investimento – financiamento a projetos do setor turístico, para investimento e para investimento com capital de giro associado, mediante abertura de crédito fixo, que proporcione geração ou manutenção de trabalho e renda; e
 - c) Proger Urbano Cooperfat – financiamento a empreendimentos que promovam a criação de postos de trabalho, assim como a geração e a distribuição de renda por meio dos modelos associativistas e cooperativistas da área urbana.

4.2 Redesist

A Redesist vem desenvolvendo seu conceito e sua abordagem metodológica focados em arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. Formalizada desde o ano de 1997, mantém parcerias com universidades e institutos de pesquisa do Brasil e no exterior (instituições da Ásia, Europa e América Latina), e possui sede no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A ênfase em sistemas e APLs privilegia a investigação dos seguintes aspectos: *i)* relações entre conjuntos de empresas e destes com outros atores; *ii)* fluxos de conhecimento, particularmente em sua dimensão tácita; *iii)* bases dos processos de aprendizado para a capacitação produtiva, organizacional e inovativa; e *iv)* importância da proximidade geográfica, social e cultural como fontes de diversidade e vantagens competitivas.

Os principais resultados das pesquisas realizadas pela Redesist confirmam que a aglomeração de empresas e o aproveitamento das sinergias coletivas geradas por suas interações vêm fortalecendo as chances de sobrevivência e crescimento destes empreendimentos, constituindo-se em importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras. A participação dinâmica em APLs tem auxiliado empresas, especialmente MPMEs, a ultrapassarem as conhecidas barreiras ao crescimento, a produzirem eficientemente e a comercializarem seus produtos em mercados nacionais e até internacionais (Redesist, 2004).

4.3 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

O CNPq⁵ é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país. Por meio de editais, apoia o desenvolvimento dos APLs em locais onde há uma seleção pública de apoio aos projetos destinados à capacitação e à pesquisa no âmbito da tecnologia para o desenvolvimento dos APLs. Sua história está diretamente ligada ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil contemporâneo. A estrutura funcional do CNPq compreende uma diretoria executiva, responsável pela gestão da instituição, e um conselho deliberativo, responsável pela política institucional.

4.4 Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Foi criada em 24 de julho de 1967, para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, de 1965. Posteriormente vinculada ao MCT, a Finep atua em consonância com a política deste ministério, em estreita articulação com o CNPq. Enquanto o conselho nacional apoia prioritariamente pessoas físicas, por meio de bolsas e auxílios, a Finep apoia ações de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) de instituições públicas e privadas. O apoio ao desenvolvimento de APLs se dá por meio das chamadas públicas para financiamento de projetos de pesquisa, inovação, modernização, como a Chamada Pública MCT/Finep/Sebrae/Ação Transversal – Cooperação entre Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e Empresas, de 2005.

Os financiamentos e as ações da Finep estão voltados para as seguintes finalidades: *i*) ampliação do conhecimento e da capacitação de recursos humanos do sistema nacional de C,T&I; *ii*) realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e processos; *iii*) aumento da qualidade e do valor agregado de produtos e serviços para o mercado nacional visando à melhoria da qualidade de vida da população e à substituição competitiva de importações; *iv*) incremento da competitividade de produtos, processos e serviços para o mercado internacional, visando ao aumento das exportações; *v*) promoção da inclusão social e da redução das disparidades regionais; e *vi*) valorização da capacidade científica e tecnológica instalada e dos recursos naturais do Brasil.⁶

4.5 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)

O Sebrae foi criado na década de 1970, com o objetivo de estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento do Brasil. Entidade privada de interesse público, apoia a abertura e a expansão dos pequenos negócios e transforma a vida

5. Disponível em: <http://cnpq.br/apresentacao_institucional/>. Acesso em: 6 nov. 2015.

6. Disponível em: <<http://www.cnpqv.embrapa.br/publica/palestras/finep.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2015.

de milhões de pessoas por meio do empreendedorismo. O Sebrae tem uma missão clara e focada no desenvolvimento do Brasil por meio da geração de emprego e renda pela via do empreendedorismo. Na década de 1990, a instituição desenvolveu várias atividades com as aglomerações empresariais, sempre com foco nas micro e pequenas empresas. Com a consolidação do conceito de APL no início dos anos 2000, o Sebrae se organizou, definiu políticas e elaborou metodologia para sua atuação nos arranjos.

As diversas ações do Sebrae, no sentido de colaborar para o desenvolvimento dos APLs, visavam, entre outras ações: *i)* promover a cultura da cooperação e do aprendizado coletivo; *ii)* promover processos de geração, aquisição e difusão do conhecimento; *iii)* estimular a construção e o fortalecimento de governança do APL; e *iv)* estimular a construção e o fortalecimento de identidade do APL. Atualmente, o Sebrae possui vasta experiência acumulada devido à atuação em APLs de todo o território nacional, sendo, portanto, referência no assunto (Castro, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste capítulo foi identificar quais as principais políticas direcionadas aos APLs. Concluiu-se que a política de apoio para APLs foi contemplada no âmbito da Pitce, por meio das diretrizes vinculadas à promoção e ao desenvolvimento de ações integradas de fomento às atividades de MPMEs em APLs. Posteriormente, o governo federal organizou o tema APLs por meio das seguintes medidas: *i)* incorporação do tema no âmbito do PPA 2004-2007; e *ii)* instituição do GTP APL. Coordenado pelo MDIC, o GTP APL conta com o apoio de uma secretaria técnica lotada no Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas da Secretaria do Desenvolvimento da Produção (Brasil, 2006).

Este capítulo apresentou os arranjos como estratégia para o desenvolvimento regional, pois podem ser considerados uma poderosa estratégia de elevação da capacidade competitiva de determinadas atividades econômicas, assim como disseminadores do conhecimento. As políticas voltadas aos APLs estabelecem, portanto, vantagens competitivas que fortalecem as empresas (Santos, Diniz e Barbosa, 2004). Estas vantagens estimulam e contribuem para o desenvolvimento regional, sendo necessário o envolvimento e a sintonia das organizações de apoio, o que não é tarefa simples para a geração de um cenário positivo dentro do escopo abordado.

Para que ocorram todos os benefícios que os arranjos produtivos podem oferecer, é necessário que haja um apoio tanto público como privado que estimule a cooperação, o aprendizado e a inovação, sendo importante no desenvolvimento econômico local, por meio do emprego, da renda e do progresso tecnológico. O sucesso dos APLs está diretamente relacionado à presença de diversos subsídios

estratégicos. Somente a participação das entidades de apoio, como universidades e centros de P&D, não é o suficiente, é necessária a presença de alguns elementos, como capital social, capital humano, governança e esforços do governo.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S.; BRITO, J. **Arranjos produtivos locais**: uma nova estratégia de ação para o Sebrae. Rio de Janeiro: Redesist/UFRJ, 2002.

AMARAL FILHO, J. *et al.* **Núcleos e arranjos produtivos locais**: casos do Ceará. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20Jair.PDF>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

BRASIL. **Manual de apoio aos arranjos produtivos locais**. Brasília: GTP APL, 2006. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br//arquivos/dwnl_1289326568.pdf>.

BRITO, J. **Cooperação tecnológica e aprendizado coletivo em redes de firmas**: uma sistematização de conceitos e evidências empíricas. Niterói: UFF, 2002.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, M. H. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. *In*: LASTRES, M. H.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequenas empresas**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 21-34.

CASTRO, L. H. de. **Arranjo produtivo local**. Brasília: Sebrae, 2009.

CERVIERI, C. M. Desafios para uma Política Nacional de Apoio aos APLs. T&C Amazônia, ano VI, n. 15, p. 24-32, out. 2008.

COSTA, E. J. M. da. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=58908ef0-c6ff-45f3-ac3f-91b2baf3e755&groupId=10157>. Acesso em: 10 out. 2015.

GALVÃO, A. C. F. A política brasileira de desenvolvimento regional e o ordenamento territorial. *In*: DINIZ, C. C. (Org.). **Políticas de desenvolvimento regional**: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil. Brasília: Editora UnB, 2007.

PIETROBELLI, C. A evolução de regimes tecnológicos dos distritos industriais: Itália e Taiwan. *In*: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Org.). **Pequena empresa**: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

REDESIST – REDE DE PESQUISA EM SISTEMAS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS. **Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas:** vantagens e restrições do conceito e equívocos usuais. Rio de Janeiro: Redesist/UFRJ, 2004. Disponível em: <www.redesist.ie.ufrj.br>. Acesso em: 26 jul. 2015.

SANTOS, G. A. G.; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento.** Versão preliminar. Brasília: BNDES, 2004.

SUZIGAN, W. **Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de arranjos produtivos locais no Brasil.** Relatório Consolidado. Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J.; GARCIA, R. **Clusters ou sistemas locais e inovação:** identificação, caracterização e medidas de apoio. São Paulo: Iedi, 2002.

UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Promoting and sustaining SMEs clusters and networks for development.** Geneva: Unctad, Sept. 1998. Disponível em: <<http://unctad.org/en/docs/c3em5d2.en.pdf>>.

